

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 7 de abril de 2026 • Nº 2272 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Seguro para motos elétricas e autopropelidos avança

PÁGINA 5

GOLPISTA

STF não julga recurso de 'financiador' de 8 de Janeiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) não marcou data para julgar o recurso do empresário catarinense Alcides Hahn, de 70 anos, condenado a 14 anos de prisão em regime fechado por ter transferido R\$ 500 para o fretamento de um ônibus que levou manifestantes de Blumenau (SC) a Brasília para os atos golpistas do 8 de Janeiro de 2023. A análise dos embargos de declaração estava prevista para a sessão virtual de 20 a 27 de março da Primeira Turma, mas foi retirada da pauta. O escritório Souto Correa Advogados havia protocolado o recurso em 9 de março com pedido de efeitos infringentes, modalidade em que a defesa pede não apenas esclarecimentos, mas a reforma da decisão. A condenação foi imposta em 2 de março pela Primeira Turma do tribunal, em julgamento no plenário virtual. O relator, ministro Alexandre de Moraes, votou pela condenação e foi acompanhado integralmente por Cármen Lúcia e Flávio Dino. O ministro Cristiano Zanin concordou com a materialidade e a autoria dos crimes, mas registrou "ligeiras divergências" quanto à dosimetria da pena, sem propor pena distinta. **PÁGINA 6**

COMBUSTÍVEIS

Pacote para conter preços inclui subsídios e isenções

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



Após semanas de discussão, o governo federal anunciou ontem um pacote de medidas para reduzir os impactos da alta dos combustíveis provocada pela guerra no Oriente Médio. As ações incluem uma medida provisória (MP), um projeto de lei e decretos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O conjunto de iniciativas prevê subsídios para diesel e gás de cozinha, além da redução de impostos e apoio

ao setor aéreo. O ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto), também informou outras fontes de receita que compensarão o custo das medidas: o Imposto de Exportação de 12% sobre o petróleo anunciada em março; o aumento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas que vendem petróleo e as receitas de leilão de petróleo. **PÁGINA 2**

IPI de cigarro sobe para compensar isenção ao QAV

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou ontem, ajustes no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de cigarro para compensar a desoneração de PIS/Cofins sobre o biodiesel e de Querosene de Aviação (QAV). A alíquota específica do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre cigarros passará de R\$ 2,25 para R\$ 3,50. Além disso, haverá elevação do preço mínimo de venda de cigarros no varejo, que deixará de custar R\$ 6,50 e passará para R\$ 7,50 no mínimo. Com is-

so, haverá arrecadação de R\$ 1,2 bilhão adicionalmente na projeção para 2026. Isso foi necessário porque o governo zerou os impostos federais sobre biodiesel e querosene de aviação. "Já estava previsto pela Fazenda, já tínhamos trabalhado esse termo com o Ministério da Saúde. Houve uma majoração no ano passado para o cigarro, essa majoração não teve o efeito esperado, tanto pela área da saúde, quanto pela área hospitalar, de diminuição, de desincentivo ao consumo", disse Durigan. **PÁGINA 2**

ARMAMENTO

Em ações na Via Dutra, PF apreende 10 fuzis e 12 pistolas

Agentes da Polícia Federal prenderam em flagrante em uma barreira policial na Rodovia Presidente Dutra, altura do município de Piraí, no sul fluminense, um casal que transportava armamento pesado. A barreira foi montada com foco na repressão ao tráfico interestadual de drogas e armas. Os dois saíram de São Paulo e iam para o Rio de Janeiro. **PÁGINA 5**

ATLÂNTICO SUL



ANTONIO CRUZ/ABRASIL

Brasil assume presidência de Zona de Paz

Nos dias 8 e 9 de abril, as chancelarias dos países banhados pelo oceano Atlântico no Hemisfério Sul vão se encontrar no Rio na 9ª Reunião Ministerial da Zopacas - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. "São 40 anos em que os países das Nações Unidas, por consenso, têm repetido essa declaração volver", avalia o embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey (foto). **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA 0,05% / 188.052,02 / 99,11 / Volume: 25.848.184.335 / Negócios: 3.399.751						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	-0,73% (fev.)	EURO turismo	Compra: 6,0175	Venda: 6,1972			
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Fechamento		Ufir-RJ	IPCA	DÓLAR Ptax - BC				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.		Taxa Selic	(18/03)	(18/03)	DÓLAR comercial				
PETR4	48,15	+1,65	+0,78	BIED3	10,04	+16,47	+1,42	MWET4	21,00	-16,57	-4,17	S&P 500	6.582,69	+0,11	NASDAQ Composite	21.879,181	+0,18
BBDCA	19,12	-1,60	-0,31	AZTE3	0,510	+15,91	+0,070	JOPA3	18,70	-13,06	-2,81	Nasdaq 100	24.045,532	+0,11	Euronext 100	1.761,81	-0,58
B3SA3	18,59	+0,38	+0,07	ARND3	0,800	+11,11	+0,080	AZEV4	0,15	-11,76	-0,02	CAC 40	7.877,5	-1,30			
ABEV3	15,28	-0,52	-0,08	RCSL4	0,98	+8,89	+0,08	OIBR3	0,15	-11,76	-0,02						
VAM03	3,690	-2,12	-0,080	JALL3	3,700	+8,82	+0,300	PTBL3	2,43	-10,99	-0,30						



MERCADOS

Bovespa opera colada à estabilidade, mas amplia série positiva

LUÍS EDUARDO LEAL

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) orbitou a estabilidade ao longo da tarde de ontem após ter apresentado uma amplitude maior de variação pela manhã, cravando a mínima a 187.811,25 e máxima a 189.219,50 pontos ao longo do dia, antes e depois que fossem conhecidas novas declarações do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre a guerra com o Irã.

Assim, o Ibovespa (Índice Bovespa) conseguiu sustentar leve ganho de 0,06% no fechamento, aos 188.161,97 pontos, com giro bem enfraquecido a R\$ 18,6 bilhões, abaixo da média do ano.

Neste começo de abril, o índice da B3 acumula ganho de 0,37% no mês, colocando o avanço do ano a 16,78%.

O petróleo voltou a subir, embora moderadamente em Londres e Nova York, o que deu fôlego para as ações de Petrobras, com a ON em alta de 1,15% e a PN, de 1,64%.

Principal papel do Ibovespa, Vale ON, sem a referência do minério de ferro na China, por feriado, fechou o dia em baixa de 0,55%. Entre os bancos, as variações ficaram entre -0,54% (Santander Unit) e +1,10% (Bradesco PN) no encerramento.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, além de Petrobras, destaca para outro nome do setor de energia, Brava (+3,08%), à frente de Eneva (+2,57%) e Caixa Seguridade (+1,73%). No lado oposto, Braskem (-7,59%), Azzas (-4,61%) e Cyrela (-3,05%).

Com a variação desta segunda, a série positiva chega à quinta sessão, mas na prática o Ibovespa se manteve de lado nas três últimas, com varia-

ções muito modestas: na quarta-feira, +0,26%, seguida por +0,05% na quinta e, agora, +0,06%, perfazendo as três primeiras sessões de abril, após a recuperação de 2,71% vista no último pregão de março, com outro ganho, de 0,53%, na penúltima do mês passado.

DÓLAR

O dólar abriu a semana em leve queda no mercado local, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana no exterior, e fechou abaixo de R\$ 5,15 pela primeira vez desde fins de fevereiro, antes da eclosão da guerra no Oriente Médio.

Principal termômetro das expectativas em torno do desenrolar do conflito, os preços do petróleo avançaram, mas de forma bem modesta. O contrato do WTI para maio subiu 0,77%, a US\$ 112,41 o barril. Já o contrato do Brent para junho, referência de preços para a Petrobras, fechou em alta de 0,68%, a US\$ 109,77 o barril. A commodity chegou a esboçar uma queda no início do dia diante de relatos sobre negociações entre EUA e Irã, mas voltou a subir após Teerã recusar proposta para um cessar-fogo e as declarações de Trump.

Por aqui, o dólar oscilou ao sabor do noticiário externo, rondando a maior parte da tarde o patamar de R\$ 5,15, após registrar mínima de R\$ 5,1399 pela manhã. No fim do pregão, o dólar à vista recuava 0,26%, a R\$ 5,1465 - menor valor de fechamento desde 27 de fevereiro (R\$ 5,134), véspera do início da guerra no Oriente Médio. Após alta de 0,87% em março, o dólar recua 0,62% nos três primeiros pregões de abril. No ano, as perdas são de 6,24%.

COMBUSTÍVEIS

Pacote para conter aumento inclui subsídios e isenções

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após semanas de discussão, o governo federal anunciou ontem um pacote de medidas para reduzir os impactos da alta dos combustíveis provocada pela guerra no Oriente Médio.

As ações incluem uma medida provisória (MP), um projeto de lei e decretos assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O conjunto de iniciativas prevê subsídios para diesel e gás de cozinha, além da redução de impostos e apoio ao setor aéreo. A expectativa é aliviar os custos para consumidores e setores produtivos, além de garantir o abastecimento no país.

SUBSÍDIOS

Entre as principais medidas está a criação de uma subvenção de R\$ 1,20 por litro para a importação de diesel, com divisão igual de custos entre União e estados.

O benefício será válido inicialmente por dois meses e pode chegar a R\$ 4 bilhões. Inicialmente, o Ministério da Fazenda tinha informado que esse subsídio custaria R\$ 3 bilhões.

Também foi anunciada uma subvenção extra de R\$ 0,80 por litro para o diesel produzido no Brasil, com custo estimado de R\$ 3 bilhões mensais. Em ambos os casos, empresas deverão repassar a redução ao consumidor.

Além disso, o governo vai zerar os impostos federais sobre o biodiesel, que compõe parte do diesel vendido nos postos, e o querosene de aviação.

Para o gás liquefeito de petróleo (GLP), será concedido subsídio de R\$ 850 por tonelada para o produto importado. A medida busca equiparar o preço ao GLP nacional e reduzir o impacto no custo do gás de cozinha, especialmente para fa-



ANTÔNIO CRUZ/ABRASIL

mílias de baixa renda.

OUTRAS FONTES

O ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto), também informou outras fontes de receita que compensarão o custo das medidas: o Imposto de Exportação de 12% sobre o petróleo anunciada em março; o aumento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas que vendem petróleo e as receitas de leilão de petróleo.

Em relação à compensação pela isenção do querosene de aviação e do biodiesel, Durigan anunciou a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre cigarros. Segundo ele, essa medida gerará R\$ 1,2

bilhão na arrecadação extra para o governo em 2026.

SETOR AÉREO

O pacote também prevê até R\$ 9 bilhões em crédito para companhias aéreas, com recursos operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Fundo Nacional de Aviação Civil.

Outra medida é a isenção do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o querosene de aviação, além do adiamento do pagamento de tarifas de navegação aérea.

Segundo o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, os subsídios e as isenções serão compensados pelo

aumento das receitas de royalties de petróleo, que subiram desde o início da guerra no Oriente Médio.

PUNIÇÕES

O governo também anunciou o reforço na fiscalização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para evitar aumentos abusivos de preços em situações de crise, como conflitos geopolíticos e calamidades públicas.

O projeto de lei a ser enviado ao Congresso em regime de urgência constitucional prevê pena de 2 a 5 anos de prisão para esse tipo de prática.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, não apenas as empresas, mas as pessoas físicas que infringirem a Lei da Economia Popular serão punidas, inclusive os sócios dos estabelecimentos.

Além disso, a MP passa a permitir a interdição de postos de combustíveis que aumentarem os preços de forma abusiva. Até agora, os estabelecimentos eram apenas multados.

Segundo Silveira, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) passará a ser obrigatoriamente informado de suspeitas de violação da ordem econômica. As multas, informou o ministro, serão agravadas conforme o ganho inadequado e a usura do agente econômico.

OSCILAÇÕES

A MP também traz uma previsão para que os agentes econômicos que recebam as subvenções adotem mecanismos para suavizar as oscilações internacionais de preços.

Segundo o Executivo, o pacote busca reduzir os efeitos da crise internacional sobre os preços internos e manter o Brasil menos exposto às oscilações do mercado global de energia.

AVIAÇÃO

Governo eleva IPI de cigarro para compensar isenção ao QAV

RENAN MONTEIRO, FLÁVIA SAID, GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE



O ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto), anunciou ontem, ajustes no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de cigarro para compensar a desoneração de PIS/Cofins sobre o biodiesel e de Querosene de Aviação (QAV). A alíquota específica do imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre cigarros passará de R\$ 2,25 para R\$ 3,50.

Além disso, haverá elevação do preço mínimo de venda de cigarros no varejo, que deixará de custar R\$ 6,50 e passará para R\$ 7,50 no mínimo.

Com isso, haverá arrecadação de R\$ 1,2 bilhão adicionalmente na projeção para 2026. Isso foi necessário porque o governo zerou os impostos federais sobre biodiesel e querosene de aviação.

"Já estava previsto pela Fazenda, já tínhamos trabalhado esse termo com o Ministério da Saúde. Houve uma majoração no ano passado para o cigarro, essa majoração não teve o efeito esperado, tanto pela área da saúde, quanto pela área hospitalar, de diminuição, de desincentivo ao consumo, portanto agora será feito mais uma majoração e isso garante que haja compensação para a desoneração", disse Durigan.

O ministro da Fazenda também reforçou que o governo está adotando medidas temporárias diante da escalada no conflito no Oriente Médio. Ele reconheceu que o Executivo brasileiro avaliará o que pode ser feito para além do intervalo de dois meses - período de aplicação de diversas medidas anunciadas nesta segunda. Há risco de eventual persistência da escalada do conflito entre EUA e Irã.

EXPLORAÇÃO

Próximo leilão de exploração no pré-sal terá 23 blocos oferecidos

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O próximo leilão de blocos exploratórios de petróleo no pré-sal terá a oferta de 23 áreas, informou ontem a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor.

A confirmação foi feita por meio da atualização do edital do Oferta Permanente de Partilha de Produção (OPP). Oito blocos já estavam incluídos no certame e, no último dia 27, a diretoria da ANP incluiu mais 15. A nova oferta foi validada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), antes da publicação do edital.

Todas as áreas ficam no chamado Polígono do Pré-Sal, litoral da região Sudeste, sendo oito na Bacia de Campos e 13 na Bacia de Santos.

De acordo com a ANP, todos os blocos exploratórios possuem parecer favorável quanto à viabilidade ambiental, emitido pelos órgãos competentes, assim como manifestação conjunta do MME e do Ministério do

Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Com a publicação do edital com as 23 áreas, os blocos ficam aptos a receber declarações de interesse por parte de empresas de petróleo, acompanhadas das respectivas garantias de oferta.

Com a declaração de interesse de uma ou mais empresas inscritas, em um ou mais blocos do edital, a ANP poderá marcar a data do leilão.

OFERTA PERMANENTE

A Oferta Permanente é a principal modalidade de licitação para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil. A ANP explica que, diferentemente das rodadas tradicionais, esse sistema permite a oferta contínua de blocos exploratórios.

Dessa forma, ao longo do tempo, as empresas têm liberdade para estudar os dados técnicos das áreas e apresentar ofertas no momento que considerarem mais adequado, sem depender de prazos rígidos ou ciclos específicos de licitações.

"Essa flexibilidade tem tornado a Oferta Permanente um instrumento essencial para fomentar a competitividade e atratividade do setor no Brasil", sustenta a agência reguladora.

PARTILHA E CONCESSÃO

As ofertas permanentes podem ser no modelo de concessão ou de partilha. O de partilha é adotado no pré-sal, onde estão as maiores reservas de petróleo conhecidas no país — e de outras áreas consideradas estratégicas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão multiministerial de assessoramento da Presidência da República.

No regime de partilha, a empresa ou consórcio vencedor do leilão paga um valor fixo de bônus de assinatura. Então, não é esse bônus que determina o vencedor do leilão, e, sim, a parcela de excedente de produção que o agente oferece à União. Cada bloco tem um percentual mínimo exigido.

Esse excedente que deve ser compartilhado com a União pode ser entendido como o lucro

da produção após o pagamento dos custos.

Além disso, o Estado recebe tributos, royalties e participação especial (no caso de campos de grande produção).

No regime de partilha, os interesses da União são representados pela estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA), sediada no Rio de Janeiro e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). É a PPSA quem leiloa o óleo entregue pelas petroleiras à União.

Já nos contratos sob o regime de concessão, utilizado em outras áreas exploratórias, o vencedor é a empresa ou consórcio que paga o maior valor, em bônus de assinatura, pelo direito de explorar petróleo.

RODADAS PASSADAS

A ANP já realizou três ofertas permanentes de partilha: 2022, 2023 e 2025. No último leilão, foram arrematados cinco dos sete blocos ofertados, e o ágio chegou a 251,63%.

O país já teve cinco ciclos de Oferta Permanente no regime de concessão: 2019, 2020, 2022, 2023 e 2025.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

AMAZÔNIA

Governo investe R\$ 132 mi em regularização fundiária

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O governo federal e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) formalizaram contratos para desenvolver ações de regularização fundiária e assistência técnica para atender mais de sete mil famílias e auxiliar no controle do desmatamento na Amazônia Legal.

Com a assinatura de 14 entidades prestadoras de serviços, os contratos somam aproximadamente R\$ 132 milhões e fazem parte do Programa União com Municípios.

O programa é dividido em três ciclos, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e feito em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Anater.

O projeto prioriza pequenas propriedades rurais – imóveis com até quatro módulos fiscais – localizadas em assentamentos ou áreas de glebas públicas fede-

rais sem destinação.

A primeira etapa será realizada nos 48 pontos prioritários para controle do desmatamento nos estados do Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Roraima e prevê a regularização de 2,3 milhões de hectares, para atender as cerca de 7,3 mil famílias de agricultores familiares, ocupantes de terras públicas federais ainda sem destinação ou assentados do Incra.

EDITAL

Pelo cronograma, em abril começa o processo de formação das equipes, a assinatura das ordens de serviço com cada uma das 14 entidades vencedoras. Entre as ações iniciais estão a identificação e visita aos agricultores familiares para iniciar a regularização fundiária e ambiental em terras previamente selecionadas em diálogo entre os parceiros.

Em seguida o início do trabalho de campo com as famílias que serão atendidas. As equipes apoiarão os agricultores na implementação de práticas agroecológicas e de sistemas agroflorestais.

A iniciativa mira na garantia da propriedade da terra e na inclusão produtiva na Amazônia. Além da regularização ambiental e fundiária, o programa também foca no apoio à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Segundo o edital do projeto, também será oferecida assistência técnica, fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável, para que os agricultores aprimorem sua renda de forma sustentável, mantendo a floresta em pé.

“Essa região, marcada por uma multiplicidade de atores, incluindo comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, médios e grandes empreendimentos agropecuários e unidades de conservação, demanda estratégias de atuação que considerem as especificidades locais, os conflitos pelo uso do solo, a regularização fundiária e as diferentes formas de apropriação e valorização dos recursos naturais”, diz o edital do programa.

Ao final do terceiro ciclo, a ex-

pectativa é que o processo de regularização fundiária alcance 9,5 milhões de hectares, uma área equivalente ao estado de Santa Catarina. A meta é fazer a regularização completa de cerca de 30 mil famílias.

Criado por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2023, o Programa União com Municípios definiu, com base em dados oficiais, 81 municípios prioritários para o controle do desmatamento e da degradação florestal na Amazônia. Desses, 70 aderiram ao programa.

Para o desenvolvimento das ações, estão previstos investimentos de cerca de R\$ 815 milhões, provenientes do Fundo Amazônia/BNDES, do Projeto Floresta+ Amazônia – implementado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) –, além de recursos do Fundo Verde para o Clima (GCF), do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA) e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (FDD/MJSP).

ENERGIA

Aneel retira reajustes tarifários da Energisa da pauta após pedido

LUCIANA COLLET/AE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) retirou da pauta da reunião de diretoria marcada para hoje, os processos sobre os reajustes tarifários anuais da Energisa Mato Grosso (EMT) e Energisa Mato Grosso do Sul (EMS). Pelos contratos, os novos valores deveriam passar a vigorar amanhã.

A retirada dos processos da pauta atende a um pedido da Energisa. A companhia enviou carta manifestando interesse na postergação da decisão sobre os reajustes tarifários tendo em vista as tratativas em andamento no governo federal para a avaliação de alternativas que mitiguem os impactos de reajustes tarifários aos consumidores neste ano. Conforme mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o governo avalia a concessão de crédito de até R\$ 7 bi-

lhões, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para as distribuidoras de energia elétrica das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O foco nas concessionárias dessas regiões ocorre diante da perspectiva de menor reajuste esperado para o Norte e Nordeste em função de uma repactuação de parcelas devidas a título do Uso do Bem Público (UBP), pagamento feito por geradoras hidrelétricas pela utilização de áreas públicas.

A previsão é que sejam distribuídos R\$ 7,87 bilhões aos consumidores de energia das regiões Norte e Nordeste.

Além dos processos da Energisa agora retirados de pauta, também está prevista a deliberação, na terça-feira, dos reajustes tarifários da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), cujos consumidores devem ser beneficiados pela repactuação do UBP, e da CPFL Paulista.

CONCESSÃO DE LICENÇA

Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, CNPJ nº. 33.342.023/0001-33, toma público que recebeu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo no. EIS-PRO-2023/02483, Licença Municipal de Instalação - LMI nº 6/2026 com validade de 48 meses, para Implantação de Loteamento no PAL 48.589 e PAA 12.483 que modificou o PAL 39.026 e o PAL 45.678, situado na Avenida João Cabral de Mello Netto, S/N - PAL 48.589, Barra da Tijuca, Município do Rio de Janeiro.

LEMAJ ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S/A

CNPJ Nº 10.520.561/0001-75 - NIRE Nº 33.3.00344381 (“Companhia”) CNPJ Nº 10.520.561/0001-75 - NIRE Nº 33.3.00344381 (“Companhia”) Edital de Convocação - AGO em 28/04/26. Ficam convocados os Srs. Acionistas da Lemaj Administração de Bens Próprios S/A (“Cia.”) para a AGO (“Assembleia”), que se realizará no dia 28/04/26, às 10:30h, exclusivamente em formato digital, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, através da plataforma digital Microsoft Teams, cujo link e dados de acesso serão oportunamente disponibilizados aos acionistas por e-mail, conforme endereços cadastrados junto à Cia., para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as DFs. da Cia. para o exercício social findo em 31/12/25; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do respectivo exercício, na forma proposta pela administração da Cia.; e (iii) deliberar sobre a eleição do Diretor sem designação específica da Cia.. Nos termos do anúncio publicado em 23/03/26 por meio do jornal Diário do Acionista, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Cia. o relatório da Diretoria, DFs. da Cia. relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25 e o parecer dos auditores independentes. Os acionistas poderão ser representados na assembleia geral por procuradores devidamente constituídos na forma da lei, sendo certo que nesse caso as procurações deverão ser apresentadas na abertura da assembleia. RJ, 02/04/26. Lemaj Administração de Bens Próprios S/A. Emily Azevedo Darwich - Diretora.

TRIMAK ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A

CNPJ nº 42.281.485/0001-89 - NIRE nº 33.3.00344721 CNPJ nº 42.281.485/0001-89 - NIRE nº 33.3.00344721 Edital de Convocação - AGO em 28/04/26. Ficam convocados os Srs. Acionistas da Trimak Engenharia e Comércio S/A (“Cia.”) para a AGO (“Assembleia”), que se realizará no dia 28/04/26, às 09:30h, exclusivamente em formato digital, nos termos do art. 121, §1º, da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, através da plataforma digital Microsoft Teams, cujo link e dados de acesso serão oportunamente disponibilizados aos acionistas por e-mail, conforme endereços cadastrados junto à Cia., para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as DFs. da Cia. para o exercício social findo em 31/12/25; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e o pagamento de juros sobre o capital próprio do respectivo exercício na forma proposta pela administração da Cia.; e (iii) deliberar sobre a eleição do Diretor de Administração da Cia. Nos termos do anúncio publicado em 23/03/26 por meio do jornal Diário do Acionista, encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Cia. o relatório da administração, DFs. da Cia. relativas ao exercício social encerrado em 31/12/25 e o parecer dos auditores independentes. Os acionistas poderão ser representados na assembleia geral por procuradores devidamente constituídos na forma da lei, sendo certo que, nesse caso, as procurações deverão ser apresentadas na abertura da assembleia. RJ, 02/04/26. Trimak Engenharia e Comércio S/A. Emily Azevedo Darwich - Diretora.

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - Categoria A - Registro CVM nº 27.502 CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE 33300328980 EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), ficam os Srs. Acionistas da Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A., sociedade anônima com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) - Categoria “A” - sob o código 27.502, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 07.714.104/0001-07, com sede à Rua Manoel Serrazina, nº 620, bairro Almas do Mato, CEP 28640-000, na cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro (“Companhia”), convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2026, às 15 horas, no formato híbrido, isto é, remotamente, por videoconferência via plataforma digital Microsoft Teams (“Plataforma Digital”), e presencialmente no escritório administrativo da Companhia, na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 12º andar, bairro Pinheiros, CEP 05413-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme previsto no inciso II do art. 70 da Resolução nº 81 da CVM, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), para deliberarem acerca das seguintes matérias: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; (ii) retificar as demonstrações financeiras e a deliberação quanto à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iii) eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia, considerando a renúncia apresentada pelo Sr. Diogo Bassi. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; (ii) retificar informação relativa ao conselho Sr. Eduardo Sirotsky Melzer que constou na ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2025; e (iii) alterar o endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social. Instruções Gerais: A participação na AGOE será realizada por meio da plataforma digital Microsoft Teams, que possibilitará a participação e votação a distância dos acionistas. Para o computo da presença dos acionistas, seja por comparecimento presencial ou virtual, os acionistas deverão enviar, até 1 (um) dia antes da realização da AGOE, para o e-mail: societario@aloha.com, com cópia para: ri@aloha.com: (i) a confirmação de sua participação acompanhada do CNPJ ou CPF dos acionistas, conforme o caso, (ii) a indicação dos representante(s) que participará(ão) da AGOE, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, incluindo eventual procuração outorgada nos termos do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia enviará aos acionistas, por e-mail, na data de envio deste Edital de Convocação, as orientações para acesso ao local e os dados para conexão à plataforma Microsoft Teams. No dia de realização da AGOE, recomenda-se que os acionistas que comparecerem virtualmente, que se conectem com 10 (dez) minutos de antecedência para aferição dos participantes. A participação por meio da plataforma digital garante aos acionistas a sua presença na AGOE e estes serão considerados, para todos os fins, assinantes da ata. As informações detalhadas relativas à participação na AGOE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGOE (“Proposta da Administração”) que está disponível na sede da Companhia. Carmo/RJ, 7 de abril de 2026. Eduardo Sirotsky Melzer - Presidente do Conselho de Administração.

BC/Focus

Mercado eleva previsão da inflação para 4,36% este ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 4,31%

para 4,36% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Em meio às tensões causadas pela guerra no Oriente Médio, a previsão para a inflação deste ano foi elevada, pela quarta semana seguida, mas ainda se mantém dentro do intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em fevereiro, a alta dos preços em transportes e educação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,7% – aceleração diante do registrado em janeiro (0,33%). No entanto, o IPCA acumulado em 12 meses recuou para 3,81%, abaixo dos 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

GOVERNO DO BRASIL
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
MINISTÉRIO DA DEFESA
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO 90031/2026

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria nº 1181/SLIC/ESG, de 27 de fevereiro de 2026, que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo Menor Preço Por Item, tendo por finalidade a Aquisição de pastas. A sessão pública será realizada no dia 14 de ABRIL de 2026, às 08h00min, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 42.487.983/0001-82 - NIRE nº 33.3.0001715-1 de 19/06/85

EDITAL DE CONVOCÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ASTROMARÍTIMA NAVEGAÇÃO S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com sede na Rua da Assembleia, nº 85, sala 702, parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20.011-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.487.983/0001-82, por meio de seu Presidente do Conselho de Administração, Sr. Renato de Andrade Cabral, na forma do Parágrafo Segundo do art. 25º do Estatuto Social da empresa CONVOCA todos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 17 de abril de 2026, às 09h00, de forma exclusivamente digital, por meio de videoconferência, no seguinte link: <https://teams.microsoft.com/meet/26842780355946?p=jyozUHcj6t0QssRR>

A Assembleia terá por objeto deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: (i) aprovação da constituição de sociedade subsidiária integral da Astromarítima Navegação S.A., com vistas à otimização da gestão financeira do grupo; (ii) aprovação da cessão de direito creditório (precatório), oriundo do processo nº 0127513-79.2019.8.19.0001, para pagamento parcial de honorários advocatícios contratuais ao escritório Antonelli Advogados Associados; (iii) autorização para que a administração negocie e contrate financiamento na modalidade *Debtor-in-Possession Financing* (DIP), bem como para a constituição de garantias correlatas, inclusive mediante a oneração e/ou alienação fiduciária da embarcação denominada “CMT Mattos”; (iv) autorização para a realização de dação em pagamento, em favor do BNDES, das embarcações “Tupi” e “Enchova”; (v) autorização para o encerramento da sociedade Astro Offshore Corporation.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026.
RENATO DE ANDRADE CABRAL

Scor Brasil Resseguros S.A.
CNPJ/MF nº 19.851.775/0001-07 - NIRE 33.300.313.168
Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 20/03/2026
Data, Hora e Local: Aos 20/03/2026, às 10hrs, exclusivamente por meio de videoconferência, através da plataforma eletrônica “Teams”, considerada como realizada na sede. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Eric Laurent Jenck; e Secretária: Leticia Wienskosi. **Deliberações:** (P) Aprovar as contas dos administradores, o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a opinião dos Auditores Independentes (Contábil e Atuarial) e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, publicados no dia 26/02/2026, no Jornal Diário do Acionista. (II) Aprovar a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025, no valor de R\$ 32.955.941,56 na forma que se segue: a) Destinar o montante de R\$ 1.647.797,08 correspondente a 5% do lucro líquido, para Reserva Legal, observado o limite fixado pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que passará a somar o valor total de R\$ 5.378.444,95; b) Destinar para pagamento de dividendos sobre o lucro no valor de R\$ 27.067.000,00 em moeda corrente à sua única acionista Scor Brasil Participações Ltda.; c) Destinar o montante restante de R\$ 4.241.144,49 para a Reserva Estatutária, que passará a somar o valor total de R\$ 44.516.595,07; (III) Fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia em até R\$ 9.000.000,00, para o presente exercício social até a AGO de 2027. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no artigo 134, §1º, da Lei 6.404/76. **Auditores Independentes e Atuarial:** Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes e do Atuarial. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais. Rio de Janeiro, 20/03/2026. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o Arquivamento em 31/03/2026 sob o número 00007686974. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

HIGHLINE DO BRASIL II INFRAESTRUTURA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 27.902.165/0002-96 | NIRE 33.3.0035572-3
Extrato da Ata Lavrada da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 25 de março de 2026

Aos 25/03/2026 esteve presente na sede da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a sua acionista única, CAP TC Torres e Participações S.A., dispensando-se formalidades de convocação e anotando-se sua presença no livro de registro de presença dos acionistas arquivado na sede da Companhia. Deu-se início à assembleia geral extraordinária presidida pelo Sr. Daniel Lafer Matados e secretariada pela Sra. Carolina de Farias Vilela, cuja ordem do dia incluía deliberar a respeito da celebração de um contrato de contragarantia junto à seguradora Tokio Marine S.A. Foi aprovada, sem quaisquer restrições ou ressalvas, nos termos do Art. 12, inciso XVII do Estatuto Social da Companhia, a celebração do referido contrato e a tomada das medidas necessárias para efetivação da deliberação pela administração da Companhia, representada por sua Diretoria. Nada mais foi deliberado. A ata foi levada a registro perante a JUCERJA, tendo seu arquivamento deferido em 30/03/2026. sob o nº 00007683665, conforme certificado pelo Secretário Geral Gabriel de Oliveira Voi, emitindo-se o código de autenticação transcrito a seguir: E28A79FAC678087536431564FA8E723C4329BE3A4401C-CB8785BEEBDEF07ADC.

Eni do Brasil Investimentos em Exploração e Produção de Petróleo Ltda. - Em Liquidação
CNPJ/MF nº 03.031.822/0001-28 - NIRE 33.209.736.655
Ata de Encerramento de Liquidação e Dissolução realizada em 31 de dezembro de 2025

Data, Horário e Local: Em 31/12/2025 às 10h00, na sede da Sociedade. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação dada à presença das sócias representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Nilo Cunha Furtado de Mendonça - Presidente; Srª Danielle Baptistella - Secretária. **Ordem do Dia:** (a) Deliberar acerca do encerramento da liquidação e a dissolução da Sociedade. **Deliberações:** (a) Verificado que o processo de liquidação conduzido pelo Liquidante, Sr. Alexandre Junior da Silva Nogueira, RG nº 22.377.497-2 SSP/SP, CPF nº 130.049.868-41, devidamente nomeado conforme Ata de Resolução de Sócias, de 05/12/2025, foi devidamente concluído, com a realização dos ativos, o pagamento do passivo e a destinação integral do saldo remanescente à sócia Eni International B.V., mediante a expressa anuência da sócia Eni Oil Holdings B.V., declarando-se as sócias, neste ato, reciprocamente quitadas, nada mais tendo a reclamar entre si ou da Sociedade ora dissolvida. Em razão disso, as sócias deliberaram o que segue: a.i. Aprovar, sem reservas, as contas finais apresentadas pelo Liquidante e do balanço patrimonial final de liquidação datado em 31/12/2025; a.ii. Declarar encerrada a liquidação da Sociedade; a.iii. Deliberar pela dissolução e extinção definitiva da Eni do Brasil Investimentos em Exploração e Produção de Petróleo Ltda. - Em Liquidação; a.iv. A posse dos livros da Sociedade, ora extinta, ficará a cargo do Liquidante, Sr. Alexandre Junior da Silva Nogueira, já qualificado, que se compromete a mantê-los lealmente e diligentemente sob sua guarda. a.v. Autorizar o Liquidante a promover o arquivamento desta ata na Junta Comercial e a adoção das providências necessárias para baixa da inscrição da Sociedade nos órgãos competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. Rio de Janeiro, 31/12/2025. Danielle Baptistella - Secretária. Eni International B.V. - Sócia p.p/ Nilo Cunha Furtado de Mendonça - Procurador; Eni Oil Holdings B.V. - Sócia p.p/ Nilo Cunha Furtado de Mendonça - Procurador. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 20/02/2026 sob o nº 00007602342 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2026/00270317-0 de 20/02/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

PROVÃO PAULISTA

93 cursos superiores estão disponíveis para jovens do Ensino Médio

Estudantes que concluíram o Ensino Médio na rede pública e que ainda não ingressaram no ensino superior podem concorrer a 7.586 vagas no Provão Paulista para o segundo semestre deste ano. São 93 cursos disponíveis, sendo 89 deles nas Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) e quatro formações na Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo). As instituições são públicas e, portanto, não há pagamento de mensalidade.

Quem concluiu o Ensino Médio em 2025, participou do Provão Paulista Seriado e atende às regras do programa pode indicar os cursos para os quais deseja concorrer a uma vaga até 8 de abril (próxima quarta-feira) pelo portal provaopaulistaseriado.vunesp.com.br.

As vagas são destinadas a alunos da rede da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), escolas municipais e outras redes públicas de ensino do país. Nesta etapa, os jovens podem registrar a opção de até dois cursos de preferência para as Fatecs e duas opções para os polos da Univesp. As aulas nas Fatecs são presenciais. Já na Univesp, os cursos são online, mas os alunos devem estar matriculados em unidades próximas ao município onde residem.

FATECS

As Fatecs disponibilizam nesta etapa do Provão Paulista 4.630 vagas, em 89 formações diferentes, de variadas áreas do conhecimento, em todas as



GOVERNO DO ESTADO DE SP

regiões do Estado (veja lista completa abaixo). Com foco no mercado de trabalho, os cursos são estrategicamente direcionados para atender à vocação econômica de cada localidade, em setores como gestão de negócios, tecnologia da informação, infraestrutura, meio ambiente, indústria 4.0 e assim por diante.

UNIVESP

As 2.956 vagas na Univesp para o segundo semestre estão distribuídas em quatro cursos: bacharel em administração, bacharel em ciência de dados, bacharel em tecnologia da informação e tecnólogo em processos gerenciais.

PROVÃO PAULISTA

O Provão Paulista Seriado funciona como porta de entrada de alunos do Ensino Médio da rede pública no Ensino Superior de instituições paulistas parceiras da Seduc-SP: Fatecs, Univesp, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em três edições, o Provão Paulista já abriu 46 mil vagas no ensino superior.

FEVEREIRO

SP lidera empregos no País e cria 3,4 mil vagas por dia

O estado de São Paulo criou quase 96 mil oportunidades de emprego com carteira assinada em fevereiro, o equivalente a 3,4 mil vagas por dia. Os dados são da Fundação Seade, com base nas informações do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

“A expansão do emprego em São Paulo reflete as medidas que o Governo do Estado adota para facilitar a vida de quem quer empreender e investir nos nossos 645 municípios. Há mais de três anos, nossa prioridade é fazer São Paulo avançar cada vez mais na direção certa com liberdade econômica, políticas públicas pró-mercado e ambiente de negócios simples e com menos burocracia”, afirmou Tarcísio.

Em janeiro e fevereiro, foram quase 112 mil vagas de emprego formais criadas. No acumulado de 12 meses, São Paulo se aproximou de um total de 244 mil oportunidades de trabalho.

Assim, o estado criou 37,5% do total de vagas com carteira assinada do país em fevereiro, 30,1% do total em dois meses e 23,3% em 12 meses. Os números consolidam São Paulo como o estado que tem maior saldo de vagas do país, além de criar 72% dos empregos na região Sudeste em fevereiro.



GOVERNO DO ESTADO DE SP

Em todos os períodos, houve crescimento na criação de vagas de emprego no estado: 0,66% em fevereiro, 0,76% no acumulado do ano e 1,68% no acumulado de 12 meses.

SALÁRIO MÉDIO

Em fevereiro, o estado de São Paulo teve o maior salário médio de admissão do país, de R\$ 2.593,00, seguido por Distrito Federal (R\$ 2.541,41), Rio de Janeiro (R\$ 2.468,23) e Santa Cata-

rina (R\$ 2.397,48).

O salário de admissão de São Paulo é 10,5% maior que do Brasil (R\$ 2.346,97). O Sudeste foi a região com maior valor no país (R\$ 2.487,13).

SETORES

O setor de serviços foi o que mais criou vagas em fevereiro – total de 73.924. Dentro do setor se destacam informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, pro-

fissionais e administrativas (20.321), alojamento e alimentação (10.638) e transporte, armazenagem e correio (8.472).

Indústria geral vem em seguida, com 9.733 vagas, com destaque para indústria da transformação (9.342). Construção (9.476) e comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (7.119) completam os setores que criaram vagas.

TARIFA SOCIAL

Conta de água por R\$ 16: saiba como garantir desconto em SP

O acesso à água tratada com preço reduzido é um direito garantido a quase 2 milhões de pessoas no estado de São Paulo. Por meio da Tarifa Social da Sabesp, famílias de baixa renda podem reduzir drasticamente seus custos mensais, pagando de R\$ 16,42 a R\$ 21 pelo consumo mensal.

Para garantir esse valor, o requisito fundamental é a inscrição atualizada no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais.

O valor de R\$ 16,42 garante o fornecimento de até 10 metros cúbicos (10 m³) de água por mês para as famílias de menor renda. Para dimensionar o que esse volume representa no dia a dia, 10 m³ equivalem a 10 mil litros de água. Ou seja, por menos de R\$ 17, o morador tem volume de água equivalente a 500 galões de 20 litros, ou a 20 mil garrafinhas de 500 ml.

O benefício permite que uma família utilize água para todas as necessidades essenciais — higiene, alimentação e limpeza — por um custo que representa apenas 21% da tarifa padrão residencial.

O desconto é dividido em duas faixas, dependendo da renda familiar registrada no CadÚnico:

- Tarifa Residencial Vulnerável (R\$ 16,42): Para famílias em situação de extrema pobreza, com renda média por pessoa de até R\$ 218.
- Tarifa Residencial Social (R\$ 21): Para famílias com renda média por pessoa entre R\$ 218 e meio salário-mínimo. Passo a passo para a inscrição e manutenção do desconto
- A concessão do benefício depende de três etapas principais de regularização:
- O cidadão deve procurar o Cras (Centro de Referência

GOVERNO DO ESTADO DE SP



de Assistência Social) do seu município para realizar ou atualizar o cadastro. É necessário levar documentos de todos os moradores da residência.

Uma dificuldade que impede o desconto é a conta de água estar em nome de terceiros

(como o proprietário do imóvel alugado). O CPF cadastrado no CadÚnico deve ser o mesmo CPF do titular da conta de água da Sabesp.

- Caso os dados não estejam batendo, o consumidor deve solicitar a transferência de titularidade ou a atualização cadastral pelos canais de atendimento da companhia (site, app ou lojas físicas).
- O desconto é limitado a um único imóvel por núcleo familiar. Caso o consumidor atenda aos critérios, mas o benefício não seja aplicado automaticamente, é recomendável entrar em contato com a Sabesp portando o número do NIS (Número de Identificação Social) e o CPF. Para mais detalhes sobre a documentação necessária e postos de atendimento, a consulta pode ser feita em www.sabesp.com.br/social.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, EM DUAS SÉRIES, DA 41ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Duas Séries, da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 41ª Emissão da Canal Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 24 de abril de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual a após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a alteração do Cronograma de Pagamentos da Amortização Ordinária e da Remuneração previstos no Anexo I da CPR-FI, bem como do Cronograma de Pagamentos da Remuneração e Amortização dos CRA, constante do Anexo C do Termo de Securitização, os quais passarão a vigorar nos termos do Anexo à Proposta da Administração, a qual será igualmente anexa à presente ata; e (II) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA Agronegócio", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 03 de abril de 2026

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, DA SÉRIE ÚNICA DA 148ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 148ª Emissão, da Série Única da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, em Série Única, DA 148ª (Centésima Quadragesima Oitava) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos Pela Gencau São Paulo - Indústria E Comércio De Ingredientes Alimentícios S.A." ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 17 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 17 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA Gencau - 148", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM DUAS SÉRIES DA 142ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 142ª Emissão, em Duas Séries da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 142ª Emissão, em 2 (Duas) Séries, da Canal Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 16 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI RKM - 142", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA DA 138ª (CENTÉSIMA TRIGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 138ª Emissão, em Série Única da Emissora da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o "Termo de Securitização de Direitos Creditórios Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 138ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários cedidos pela OXY Companhia Hipotecária S.A." ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2026, às 15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2026, às 15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2025; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Yury - 138", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2026

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

ARMAMENTO

Em ações na Via Dutra, PF apreende 10 fuzis e 12 pistolas

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Agentes da Polícia Federal prenderam em flagrante em uma barreira policial na Rodovia Presidente Dutra, altura do município de Pirai, no sul fluminense, um casal que transportava armamento pesado.

A barreira foi montada com foco na repressão ao tráfico interestadual de drogas e armas.

Os dois saíram de São Paulo e iam para o Rio de Janeiro. Ao serem parados, os ocupantes apresentaram nervosismo e versões diferentes sobre o motivo e a logística da viagem durante a abordagem na barreira.

Diante das suspeitas, durante

uma vistoria minuciosa na estrutura do automóvel, os policiais federais localizaram em fundos falsos na carroceria do veículo, seis fuzis e 11 pistolas, além de carregadores.

De acordo com a Delegacia de Repressão a Drogas da Polícia Federal, que coordenou a ação, "as apreensões representam um impacto direto na estrutura bélica das facções, retirando de circulação, armas de fogo cujo destino final seria o abastecimento de comunidades fluminenses dominadas pelo crime organizado".

O casal, o veículo e todo o armamento apreendido foram encaminhados à Superintendência da PF, na Praça Mauá.

O casal responderá pelo crime de tráfico interestadual de armas de fogo de uso restrito e ficará à disposição da Justiça, aguardando julgamento.

OUTRA APREENSÃO

Em outra ação, agentes da Polícia Federal apreenderam armas, também na Via Dutra, com uma mulher que viajava em um carro de aplicativo.

A presa viajava em um carro de aplicativo que foi parado durante barreira policial. O armamento, quatro fuzis automáticos e uma pistola, foi localizado dentro de malas de viagem, com apoio de um cão farejador.

A interceptação ocorreu durante uma barreira policial na

altura do município de Itaiaia, no sul do Rio de Janeiro, altura da Serra da Mantiqueira, divisa de Minas Gerais e São Paulo.

Após a sinalização positiva do cão adestrado para farejar drogas, os agentes fizeram uma checagem na bagagem e localizaram o armamento.

A mulher não teve a identificação divulgada. Ela contou que saiu de São Paulo e levaria as armas para uma comunidade na capital fluminense, dominada pelo crime organizado, mas se negou a dar outras informações.

A mulher foi autuada em flagrante na sede da PF no Rio de Janeiro e, em seguida, encaminhada a um presídio do estado, onde aguardará julgamento.

MATANÇA

PF diz que PM do Rio ainda não entregou imagens de operação

LULA MARQUE/ABRASIL



ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) informou ontem ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que ainda não recebeu as imagens capturadas pelas câmeras corporais dos policiais militares que participaram da Operação Contenção, realizada, no ano passado, no Rio de Janeiro.

Em março deste ano, Moraes determinou que as polícias Militar e Civil devem enviar à PF as imagens da operação, que deixou mais de 120 mortos. A corporação será responsável pela perícia do material.

Em ofício enviado ao ministro, o diretor-geral da PF, Andre Rodrigues (foto), disse que a corporação está realizando a perícia do material enviado pela Polícia Civil, mas as imagens da Polícia Militar ainda não foram recebidas.

"Não foi recebido qualquer acervo audiovisual relativo às equipes da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ) que atuaram na operação com efetivo significativamente maior e número substancialmente superior de dispositivos de gravação cor-

poral", afirmou Andre Rodrigues.

MAIS PRAZO

O diretor também pediu mais prazo para analisar as imagens. Segundo Andre Rodrigues, a perícia do material da Polícia Civil levará pelo menos 90 dias. Serão analisadas cerca de 400 horas de gravações.

"Cumprir informar que equipe de 10 peritos criminais federais já se encontra mobilizada, trabalhando nos exames com caráter prioritário, no entanto não se revela tecnicamente viável o cumprimento do prazo de 15 dias fixado na decisão, à luz das condições atualmente verificadas, sendo imprescindível a concessão do prazo técnico estimado em pelo menos 90 dias", completou.

A apuração sobre a legalidade da operação ocorre no âmbito do processo conhecido como ADPF das Favelas - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635.

Na ação, a Corte já determinou diversas medidas para redução da letalidade durante operações em comunidades do Rio de Janeiro.

MUITO BRUTAL

Jovem esfaqueada 15 vezes por rejeitar namoro fala pela 1ª vez

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Alana Anísio Rosa, 20 anos, falou pela 1ª vez após ter sido esfaqueada 15 vezes por recusar o pedido de namoro de Luiz Felipe Sampaio Cabral Silva, 22, suspeito do crime. A jovem convocou uma manifestação para o primeiro dia da audiência do processo que deve acontecer em São Gonçalo (RJ) e cobrou uma punição mais severa para Luiz, por meio das redes sociais. "Como a maioria das vítimas de violência, a gente precisa abrir mão da privacidade após sofrer algo tão brutal para cobrar justiça", disse Alana no vídeo. "Eu sei que se não fala, se não posta, se não compartilha, as coisas são facilmente esquecidas".

O suspeito teria invadido a casa da jovem e cometido o crime após ela recusar o seu pedido de namoro, em dezembro de 2025. Sampaio está preso preventivamente desde o dia do crime por tentativa de feminicídio.

No vídeo, Alana anunciou que haverá uma manifestação no dia da primeira audiência do processo judicial, às 14h do dia 15 de abril, no Fórum do Colubandê, em São Gonçalo.

"Apesar de ter sobrevivido, como muitas outras vítimas não têm essa oportunidade, não tem essa chance, continua sendo muito brutal o que aconteceu, relembra a todos que nós, mulheres, não estamos seguras na rua, no traba-

lho, na academia e nem na nossa própria casa. Lugar onde a gente se sente mais segura", afirmou a jovem.

Alana foi internada em tratamento intensivo e chegou a ser colocada em coma induzido, respirando por aparelhos. Ela recebeu alta do hospital de São Gonçalo no dia 4 de março.

Jaderluce, mãe da vítima, também agradeceu à equipe do hospital, que disse, em uma carta, ter sido um privilégio cuidar da jovem, definida por eles como "educada, estudiosa e cheia de luz". Os trabalhadores do hospital também desejaram boa sorte para Alana nas próximas fases da vida.

Segundo a família de Alana, Sampaio a perseguiu. "Ele tentou tirar a vida da minha filha, invadiu a minha casa. Ele não era o namorado dela, eles nunca tiveram nada, ele só cisomou com ela", afirmou Jaderluce no Instagram, semanas antes da alta médica.

Alana e Sampaio moravam no mesmo bairro de São Gonçalo. O suspeito teria passado a tentar agradar Alana, mandando-lhe presentes. A jovem então teria recusado um relacionamento com ele de forma educada, afirmando que estava concentrada nos estudos e com o objetivo de ser aprovada para a faculdade de medicina. Contudo, mesmo após a recusa, o homem não teria a deixado em paz e mandou mensagens até o dia do crime.

Nota

CHEF DENUNCIA LOJA POR DISCRIMINAÇÃO A JUDEUS

Uma loja no bairro do Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro, foi acusada de intolerância religiosa após relato da chef Monique Benoliel sobre um atendimento no estabelecimento. Segundo divulgado pela revista Veja, a chef questionou o proprietário da

delicatessen sobre a ausência de produtos tradicionais da celebração judaica, como o matzá, pão sem fermento, e ouviu como resposta que o estabelecimento "não comprava mais produtos judaicos, que estava cansado dos judeus e que não venderia mais para esse público". Na sequência, ela perguntou se deveria deixar de frequentar o local e o comerciante teria respondido que sim.

ESPECIAL

Seguro para motos elétricas e autopropelidos avança no Brasil com regulação e expansão da micromobilidade

TOMAZ SILVA/ABRASIL



POR REDAÇÃO

O crescimento da mobilidade elétrica no Brasil tem impulsionado o desenvolvimento de seguros específicos para motos elétricas, bicicletas assistidas e veículos autopropelidos, em um cenário ainda em consolidação regulatória. Com a ampliação do uso desses modais nas cidades, seguradoras e associações de proteção veicular passam a adaptar produtos para atender a uma demanda crescente, enquanto órgãos reguladores avançam na organização do setor.

Dados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) indicam que o mercado de seguros automotivos arrecadou R\$ 28,9 bilhões no primeiro semestre de 2025, com crescimento de 5,9% na comparação anual, refletindo a expansão da base de veículos protegidos no país. Ainda assim, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) estima que até 70% da frota brasileira circula sem cobertura, o que abre espaço para novos nichos, como o de veículos elétricos leves.

No campo regulatório, a Lei Complementar nº 213/2025 e normas recentes da SUSEP estabeleceram diretrizes para o funcionamento de associações de proteção veicular, ampliando a fiscalização e trazendo maior segurança jurídica ao setor. A autarquia, responsável por supervisionar o mercado de seguros no país, atua para garantir estabilidade e transparência nas operações.

A regulamentação também dialoga com mudanças no trânsito. A Resolução nº 996/2023 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) definiu critérios para diferenciar ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos autopropelidos, com base em potência e velocidade. A partir de 2026, ciclomotores passam a exigir regis-

tro, emplacamento e habilitação, enquanto patinetes e outros autopropelidos seguem dispensados dessas obrigações, respeitando limites técnicos.

Esse ambiente regulatório influencia diretamente o desenho dos produtos de seguro. No caso das motos elétricas — equiparadas às motocicletas quando ultrapassam 50 km/h —, as coberturas seguem o modelo tradicional, incluindo proteção contra colisão, roubo e danos a terceiros. Já para bicicletas elétricas e autopropelidos, surgem soluções mais flexíveis, com foco em roubo, danos e responsabilidade civil.

Empresas do setor já oferecem planos voltados à micromobilidade, incluindo cobertura contra furto, acidentes e danos a terceiros, além de assistência 24 horas. Esse tipo de produto acompanha a mudança no perfil do usuário urbano, que utiliza esses veículos para deslocamentos curtos e trabalho.

Micromobilidade pressiona mercado por novos produtos

Especialistas avaliam que o avanço regulatório tende a estimular a formalização e o crescimento do mercado. Para o presidente do Clube Unir, Hilário Balvedi, "a SUSEP cria um ambiente mais seguro para o associado e para as próprias entidades", ao estabelecer critérios e fiscalização mais claros. Segundo ele, a medida fortalece tanto o modelo tradicional de seguros quanto as alternativas mutualistas.

A diferença entre seguro e proteção veicular também ganha relevância nesse contexto. Enquanto o seguro transfere o risco para a seguradora mediante pagamento de prêmio, a proteção veicular funciona por meio de rateio entre associados, modelo que passou a ser regulamentado recentemente. A nova legislação busca reduzir a informalidade e ampliar a confiança do consumidor.

Outro fator que sustenta a expansão desse mercado é o aumento de ocorrências envolvendo veículos. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que o país registrou cerca de 215 mil roubos e furtos de veículos em 2024, evidenciando a demanda por mecanismos de proteção patrimonial.

Com a consolidação das regras e o avanço da micromobilidade, a tendência é de diversificação das ofertas de seguro, com produtos ajustados a diferentes perfis de veículos e usuários. O movimento acompanha a transformação do transporte urbano e aponta para um mercado em adaptação, com potencial de crescimento nos próximos anos.

SENADO

Soraya Thronicke deixa o Podemos e se filia ao PSB no MS

PEDRO PENTEADO/AE

A senadora Soraya Thronicke (MS) formalizou sua saída do Podemos e ingressou no PSB na última sexta-feira. O registro foi feito no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um dia antes do fim da janela partidária. Com o mandato se encerrando em 2027, ela deve disputar a reeleição em outubro.

A migração teve o apoio do vice-presidente Geraldo Alckmin. No Mato Grosso do Sul, Thronicke deve compor chapa com o deputado federal Van-

der Loubet (PT), que tenta uma cadeira no Senado pela primeira vez.

Thronicke acumula quatro trocas de partido em menos de dez anos. Em 2018, foi eleita senadora pelo PSL. Com a fusão da sigla ao DEM, passou a integrar o União Brasil em 2021. Pelo partido, concorreu à Presidência da República em 2022 e obteve 0,51% dos votos válidos, o quinto melhor resultado na disputa. No ano seguinte, migrou para o Podemos, onde assumiu protagonismo inter-

no no estado.

DF

Irmão de Michelle confirma candidatura a deputado distrital

PEDRO PENTEADO/AE

Carlos Eduardo Antunes Torres, irmão de criação da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, confirmou pré-candidatura a deputado distrital pelo Distrito Federal nas eleições de outubro pelo PL. Em entrevista à CNN, Torres disse que a saúde do ex-presidente Jair Bolsonaro é, no entanto, a prioridade. "Bolsonaro vai ser sempre nossa prioridade. No momento estou sem autorização para visitá-lo; se me autorizarem, a gente faz campanha como dá", afirmou.

Torres já disputou o cargo em 2018 e 2022, sem se eleger. Ganhou projeção entre o eleitorado bolsonarista ao levar refeições ao cunhado na superintendência da Polícia Federal, para onde o ex-presidente foi encaminhado após tentar romper a tornozeleira eletrônica. Filho da madrastra de Michelle, ele é tido como seu principal auxiliar.

Sobre a campanha, Torres disse não haver ainda decisão quanto a uma eventual participação da ex-primeira-dama. Afirmou também que estaria disposto a subir ao palanque do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na disputa pela Presidência, caso seja chamado, em meio a atritos entre o senador e o núcleo político liderado pela irmã.

PROJETO

Inscrições para o programa Mais Médicos seguem até amanhã

DANIELLA ALMEIDA/A BRASIL

As inscrições para o 45º ciclo do projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB) podem ser feitas até amanhã.

O projeto é voltado à atuação na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), em regiões prioritárias, remotas, de difícil acesso e de alto índice de vulnerabilidade, incluindo territórios indígenas, onde há escassez ou ausência de médicos.

Os profissionais interessados em participar devem se inscrever por meio da Plataforma de Gerenciamento de Programas de Provitamento, com login da conta do portal Gov.br.

Os profissionais selecionados atuarão por até 48 meses, combinando atendimento direto à população com formação continuada.

24/2026), o Ministério da Saúde abriu 1.524 vagas.

São 1.351 vagas para equipes de Saúde da Família (eSF), 75 para equipes de consultório na rua e 98 para Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

Todos os médicos poderão participar; no entanto, os profissionais formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no Brasil terão prioridade na seleção e ocupação das vagas ofertadas pelo Mais Médicos.

O edital contempla três perfis principais:

perfil 1: médicos formados no Brasil ou com diploma revalidado, com registro ativo no Conselho Federal de Medicina (CRM);

perfil 2: médicos brasileiros formados no exterior (intercambistas);

perfil 3: médicos estrangeiros com habilitação para atuar no exterior.

GOLPISTA

STF não marca julgamento de recurso de 'financiador' de 8/1

PEDRO PENTEADO/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) não marcou data para julgar o recurso do empresário catarinense Alcides Hahn, de 70 anos, condenado a 14 anos de prisão em regime fechado por ter transferido R\$ 500 para o freteamento de um ônibus que levou manifestantes de Blumenau (SC) a Brasília para os atos golpistas do 8 de Janeiro de 2023.

A análise dos embargos de declaração estava prevista para a sessão virtual de 20 a 27 de março da Primeira Turma, mas foi retirada da pauta. O escritório Souto Correa Advogados havia protocolado o recurso em 9 de março com pedido de efeitos infringentes, modalidade em que a defesa pede não apenas esclarecimentos, mas a reforma da decisão.

A condenação foi imposta em 2 de março pela Primeira Turma do tribunal, em julgamento no plenário virtual. O relator, ministro Alexandre de Moraes, votou pela condenação e foi acompanhado integralmente por Carmen Lúcia e Flávio Dino. O mi-

nistro Cristiano Zanin concordou com a materialidade e a autoria dos crimes, mas registrou "ligeiras divergências" quanto à dosimetria da pena, sem propor pena distinta.

Hahn foi condenado por cinco crimes: abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada. A pena foi fixada em 12 anos e seis meses de reclusão, mais um ano e seis meses de detenção e 100 dias-multa, no valor de um terço do salário mínimo cada. De forma solidária com outros condenados pelos atos do 8 de Janeiro, ele terá de contribuir com indenização por danos morais coletivos de R\$ 30 milhões.

Outros dois empresários foram condenados na mesma ação penal pelos mesmos crimes: Rene Afonso Mahnke, que transferiu R\$ 1.000 para a empresa de transporte, e Vilimir Valmor Romanoski, apontado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) como liderança das mobilizações pró-Bolsonaro em Blumenau, que repassou

mais de R\$ 10 mil para a contratação do veículo e organizou o recrutamento de manifestantes e a distribuição de vagas no ônibus. Nenhum dos três estava dentro do veículo.

O transporte foi realizado pela empresa Rodrigues Tur LTDA-ME. O ônibus de placa BUP8188 partiu de Blumenau em 5 de janeiro de 2023 com 41 pessoas, "dentre as quais um participante direto dos atos antidemocráticos que culminaram na invasão e depredação das sedes do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto", segundo o acórdão.

Em seu voto, Moraes afirmou que as provas demonstram que os três réus "aderiram subjetivamente à empreitada criminosa, contribuindo de maneira efetiva e relevante para a execução dos delitos". O ministro justificou a extensão da pena pela "acentuada culpabilidade" dos condenados e classificou como "extremamente grave" a conduta de "participar da operacionalização de concerto criminoso voltado a aniquilar os pilares essenciais do estado democrático de direito, mediante violência e

danos gravíssimos ao patrimônio público".

No recurso, a defesa sustenta que o acórdão incorreu em "erro evidente de fato" ao afirmar que o proprietário da empresa de freteamento, Alcício Rodrigues, teria "confirmado" em audiência que os valores atribuídos a Hahn se destinavam ao custeio do ônibus. Segundo a defesa, a testemunha declarou ter "presumido" a destinação do Pix - sem receber nenhuma confirmação - e afirmou não conhecer Hahn nem ter tratado pagamento ou orçamento com ele. Os R\$ 500 representariam, segundo os advogados, apenas 2,27% do custo total do freteamento, de cerca de R\$ 22 mil.

A defesa também aponta que o acórdão utilizou, como fundamento, relatório do interventor federal Ricardo Cappelli que não constava dos autos, impedindo manifestação sobre o documento. Os embargos apontam ainda que o acórdão se refere aos réus como "ré", no feminino singular, em dois trechos da dosimetria - indicio, segundo a defesa, de que a fundamentação da pena não foi individualizada para o caso de Hahn.

JATINHO

Presidente da OAB-SP pede investigação de ministros do STF

FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO/AE

Representante de 380 mil advogados no Estado de São Paulo, Leonardo Sica, presidente da seccional paulista da OAB, defendeu ontem, que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que pegam caronas em jatinhos particulares devem ser "amplamente investigados". Para ele, a Procuradoria-Geral da República (PGR), responsável por conduzir eventuais apurações sobre os casos, está "silente" sobre a atuação dos magistrados da Corte.

"Eu acho que os fatos precisam ser investigados. Todos os fatos. Por exemplo, ministros recebem carona de jatos particulares. A gente tem que investigar amplamente isso", disse Sica, após reunião da Comissão de estudos para a reforma do Judiciário.

O presidente da OAB-SP citou os sucessivos casos revelados pela imprensa de usos de aeronaves a particulares por ministros do Supremo bancados

por empresários e advogados com processos na Corte.

"A gente espera, e o Conselho Federal da OAB está tentando falar com o procurador-geral da República (Paulo Gonet), levar essa pauta adiante. Porque aí não é o ministro Edson Fachin, ele não pode dar início, como presidente do Supremo", disse Sica.

"Eu digo para os meus clientes, que às vezes estão preocupados em ter um processo, em ter uma investigação, a melhor situação para quem está sob suspeita é ter uma investigação, porque te permite sair da suspeita", afirmou.

Como mostrou o Estadão, o ministro do STF Kassio Nunes Marques viajou de Brasília para Maceió com sua mulher em avião particular que pertence à empresa que administra os bens do banqueiro Daniel Vorcaro, a Prime You. O magistrado foi a uma festa de aniversário na capital alagoana a convite de uma advogada que atua judicialmente para o Banco Master e disse ser a responsável por arcar com

os custos da viagem.

Procurado pelo Estadão, o ministro confirmou a viagem e afirmou que foi convidado para o aniversário da advogada Camilla Ewerton Ramos, mulher do desembargador Newton Ramos, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

"No dia 14/11/25, o ministro Nunes Marques e a esposa viajaram para festa de aniversário de Camilla, casada com o desembargador Newton Ramos, que foi colega do ministro no TRF-1. Camilla convidou o ministro e outros casais de amigos e ficou responsável pelo voo e detalhes da viagem", afirmou em nota.

O ministro Alexandre de Moraes e sua mulher, a advogada Viviane Barci de Moraes, também pegaram voos em aeronaves particulares de uma empresa ligada ao dono do Master. Documentos obtidos pelo Estadão mostram que o ministro voou em avião da empresa de Vorcaro na véspera de reunião com banqueiro.

O gabinete de Moraes classificou a informação como ilação

e afirmou que o ministro "jamais viajou em nenhum avião de Daniel Vorcaro ou em sua companhia e de Fabiano Zettel, a quem nem conhece". O escritório de Viviane afirmou em nota que contrata diversos serviços de táxi aéreo e que, entre eles, já foi contratada a empresa Prime Aviation, ligada a Vorcaro. Disse ainda que nem Vorcaro nem seu cunhado Fabiano Zettel estiveram presentes nos voos.

Documentos oficiais indicam que o ministro Dias Toffoli fez pelo menos três viagens de Brasília ao resort Tayayá, no Paraná, do qual foi sócio, usando aviões de empresários, após a venda do empreendimento, em 2025. Um deles era da Prime Aviation, empresa que tinha participação de Vorcaro.

Os outros dois eram de Paulo Humberto Barbosa, que comprou a parte de Toffoli no Tayayá, e de Luiz Osvaldo Pastore, empresário da mineração que levou o ministro a Lima, no Peru, para assistir à final da Libertadores entre Flamengo e Palmeiras, em novembro.

'VAGABUNDO, LADRÃO'

Defesa de Bolsonaro apresenta queixa-crime no STF contra Janones

PEDRO PENTEADO/AE

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, uma queixa-crime contra o deputado André Janones (Rede-MG) por calúnia e difamação. É a segunda ação do tipo movida por Bolsonaro contra o parlamentar no STF.

A ação tem origem em vídeos publicados por Janones entre 25 e 28 de março nas redes sociais, dias após Bolsonaro ser autorizado a cumprir prisão domiciliar por decisão do ministro Alexandre de Moraes.

Nos vídeos, o parlamentar chama o ex-presidente de "vagabundo", "ladroão" e "safado", afirma que ele mentiria sobre seu estado de saúde para obter benefícios judiciais e atribuiu a



RENATO ARAÚJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

ele ordens para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), além de suposta articulação política com o governo dos Estados Unidos.

Na petição, os advogados

sustentam que as declarações extrapolam os limites da liberdade de expressão e configuram crimes contra a honra. A defesa argumenta ainda que o ex-presidente não teve condições de acusar sustentadamente às acusa-

ções, pois está proibido de usar redes sociais como medida cautelar da prisão domiciliar.

"Enquanto o querelado dissemina livremente falsidades e ofensas para uma audiência de milhões de seguidores em múltiplas plataformas digitais, o querelante está juridicamente impossibilitado de exercer qualquer direito de resposta ou defesa pública de sua honra", afirmam os advogados na peça.

A primeira queixa-crime de Bolsonaro contra Janones, apresentada em 2023 após o deputado chamá-lo de "ladroãozinho de joias" e "bandido fujão", resultou em Janones réu por injúria. O STF aceitou parcialmente a denúncia em junho de 2024, rejeitando a acusação de calúnia. A nova ação ainda será analisada pela Corte.

VAGAS

◆ Neste novo edital (nº

ZOPACAS

Brasil assume presidência da Zona de Paz do Atlântico Sul

GILBERTO COSTA/ABRASIL

Nos dias 8 e 9 de abril, as chancelarias dos países banhados pelo oceano Atlântico no Hemisfério Sul vão se encontrar no Rio de Janeiro na 9ª Reunião Ministerial da Zopacas – sigla para a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

A Zopacas é um mecanismo diplomático criado em 1986 pelas Nações Unidas para manter a região livre de armas de destruição nuclear ou de destruição de massa. Formam a zona de paz e cooperação, Brasil, Argentina e Uruguai e mais 21 países da costa oeste africana – do Senegal até a África do Sul.

Conforme tem sido em 40

anos de existência, o país que sedia a reunião ministerial da Zopacas assume a presidência do mecanismo por dois ou três anos. O Brasil sucederá Cabo Verde.

Afastados perigos de conflito bélico entre 24 países da região, a expectativa da chancelaria brasileira é incrementar a cooperação.

“São 40 anos em que os países das Nações Unidas, por consenso, têm repetido essa declaração (da região sem armas de grande potencial destrutivo). No entanto, a Zopacas é também uma zona de paz e cooperação. E esse aspecto de cooperação, no nosso entendimento, não desenvolveu todo o potencial que tinha que desenvolver”,

avalia o embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozende, secretário de Assuntos Multilaterais Políticos do Ministério das Relações Exteriores.

TRÊS DOCUMENTOS

De acordo com o diplomata, os países deverão assinar três documentos no Rio: convenção sobre o ambiente marinho; estratégia de cooperação, estabelecendo três áreas de atuação (subdividida em 14 áreas temáticas); e Declaração do Rio de Janeiro, de teor político.

Apesar de ser uma “declaração política”, o embaixador Carlos Bicalho descarta que nos 30 a 40 parágrafos do texto em preparação haja referências aos conflitos no Oriente Médio ou

no Leste Europeu. “Não se deve esperar declarações sobre todos os eventos da atualidade”, disse.

A reunião ministerial da Zopacas, no entanto, deve “reiterar e manter claro que esta é uma região pacífica e que os próprios países da região são capazes e interessados em mantê-la como uma região de paz e segurança” e “evitar que potências extrazona tragam os seus conflitos, os seus problemas para cá”, acrescentou o diplomata em briefing com a imprensa no Palácio do Itamaraty, no início da tarde de hoje em Brasília.

A expectativa do Ministério das Relações Exteriores é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participe do encerramento da reunião.

PRF

Operação Semana Santa: acidentes em rodovias resultam em 57 mortes

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou 808 acidentes nas rodovias brasileiras, com 57 pessoas mortas e 814 feridas. Os dados são da Operação Semana Santa 2026 realizada de quinta-feira (2) a domingo passado, em todo o país.

De acordo com a PRF, não foi possível avaliar se houve uma diminuição efetiva em relação aos números de 2025, porque no

último ano a operação do feriado foi mais longa devido à proximidade com o feriado de Tiradentes.

Este ano, foram fiscalizados 79 mil veículos, somando um total de 101 mil pessoas alcançadas pelo reforço preventivo nas rodovias do país.

Entre as infrações mais registradas no período está trafegar acima da velocidade estabelecida para a via. Ao todo, 31.797 motoristas foram flagrados por

radares portáteis, com a captura de imagens do veículo.

SEGURANÇA

As ultrapassagens irregulares, foco da fiscalização deste ano, somaram 4.744, e outros 4.795 autos de infração foram emitidos pela falta de uso do cinto de segurança ou ausência da cadeirinha para o transporte de crianças.

Entre os motociclistas, 1.179 foram multados por deixar de

usar ou transportar passageiros sem o capacete.

A fiscalização da mistura do álcool com direção foi intensa ao longo dos quatro dias, com a aplicação de 65,5 mil testes do bafômetro. Desse total, 1.293 pessoas foram autuadas e 67 motoristas foram detidos.

O uso do celular ao dirigir resultou em 455 flagrantes e por diversas irregularidades, 2.700 veículos foram recolhidos.

PESQUISA

Gestão de João Campos no Recife é aprovada por 75% e rejeitada por 24%

GABRIEL DE SOUSA/AE

Pesquisa do instituto Real Time Big Data divulgada ontem, mostra que o ex-prefeito do Recife João Campos (PSB) deixou o comando da capital pernambucana com 75% de aprovação. Os que rejeitam a gestão dele são 24%. Outro 1% não sabe ou não respondeu.

O Real Time Big Data ouviu 1.200 eleitores entre os dias 1 e 4 de abril. A margem de erro é de três pontos percentuais e o índice de confiabilidade é de 95%.

A aprovação de João Campos é maior entre as mulheres (78%), os que possuem entre 16 e 34 anos (78%) e os que recebem até dois salários mínimos (78%). Já a reprovação aparece com

maior percentual entre os que recebem mais de cinco salários mínimos (29%), os homens (27%) e os que possuem entre 35 e 59 anos (25%).

João Campos renunciou ao comando da prefeitura do Recife na quinta-feira passada, para se candidatar ao governo de Pernambuco. Isso se deu porque a legislação eleitoral obriga

que políticos que possuem cargos no Executivo renunciem em até seis meses antes do primeiro turno das eleições.

A principal adversária de João Campos nas eleições será a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSD). Com a renúncia de Campos, Victor Marques (PCdoB) assumiu o comando da prefeitura do Recife.

SALMONELLA

Anvisa proíbe 52 lotes de suplemento alimentar por risco de contaminação

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou a proibição de 52 lotes do suplemento alimentar Dietary Supplement Rosabella Moringa Capsules, fabricado pela empresa estadunidense Ambrosia Brands, a partir da planta Moringa oleifera.

“Nos Estados Unidos, o produto ‘Dietary Supplement Rosabella Moringa Capsules’ está envolvido em um surto de contaminação por um tipo de bactéria Salmonella que é resistente a antibióticos de primeira linha (de escolha inicial) e alternativos”, afirma a Anvisa, em nota.

A Salmonella é uma bactéria capaz de causar infecções em humanos, com sintomas que costumam aparecer entre 12 e 72 horas após a ingestão de alimentos contaminados. A bactéria é responsável pela salmonelose, doença que afeta principalmente o trato gastrointestinal e provoca quadros de diarreia, febre e cóli-

cas abdominais, geralmente com duração de quatro a sete dias.

Crianças menores de 5 anos, idosos e pessoas com o sistema imunológico enfraquecido têm maior risco de desenvolver formas graves da infecção, que podem evoluir para complicações como endocardite e artrite.

“No caso específico (do suplemento alimentar), a cepa (subtipo) identificada é resistente e não pode ser tratada com o uso de antibióticos convencionais. Isso exige o uso de medicamentos mais específicos e potentes no caso de infecções graves”, acrescenta a Anvisa. Veja ao final a lista completa de lotes.

'MORINGA OLEIFERA'

No Brasil, produtos feitos a partir da Moringa oleifera são proibidos desde 2019 pela RE 1.478. Segundo a Anvisa, a planta não possui comprovação de segurança para uso em alimentos, independentemente da forma de apresentação – chá, cápsulas, comprimidos, barras, pó ou be-

vidas. “Os produtos à base de moringa passaram por avaliação de segurança em diversas ocasiões por parte da Anvisa, mas não foram aprovados, pois efeitos genotóxicos (capacidade de danificar o material genético e consequente desenvolvimento de câncer) e hepatotóxicos (danos ao fígado) não puderam ser afastados”, destaca a agência.

A Anvisa ressalta que a medida tem caráter preventivo e busca impedir a importação, comercialização, distribuição e uso desses lotes no País. “Apesar de o distribuidor estrangeiro, Ambrosia Brands, LLC, ter informado a distribuição do produto ao Brasil, até o momento não foi identificada pela Anvisa importação desses lotes para fins comerciais.”

A agência adiciona que encontrou anúncios em plataformas de e-commerce referentes à possibilidade de compra internacional, então não descarta a importação do produto por pessoas físicas para consumo pes-

soal.

FALSAS PROMESSAS

O produto não tem registro no Brasil. Mesmo assim, conforme a Anvisa, há anúncios de itens à base da planta sendo vendidos de forma irregular. Muitos desses produtos são divulgados com promessas de tratamento ou cura de doenças como câncer, diabetes e problemas cardiovasculares. Esse tipo de alegação não é permitido para alimentos, e a agência orienta que a população não compre esses itens nem consuma produtos já adquiridos.

Quem se deparar com anúncios como esses pode fazer uma denúncia às autoridades sanitárias locais ou à própria Anvisa. Os canais de atendimento estão disponíveis aqui.

A agência reforça também que anúncios com imagens e textos apenas em inglês, sem informações em português sobre a origem ou a composição, indicam que o item não segue as regras brasileiras e é irregular.

MANIPULAÇÃO

Anvisa vai aumentar fiscalização de canetas emagrecedoras

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou, ontem, novas medidas para prevenir riscos e reforçar o controle sanitário de medicamentos injetáveis agonistas do receptor GLP1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras.

O plano inclui ações para combater irregularidades na importação de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) e na manipulação dos ativos de semaglutida, tirzepatida e liraglutida por farmácias de manipulação.

De acordo com a Anvisa, a importação de insumos farmacêuticos para a manipulação das canetas tem sido incompatível com o mercado nacional. Somente no segundo semestre de 2025, foram importados 130 quilos de insumos, que seriam suficientes para a preparação de 25 milhões de doses.

Outro dado mostra que, em 2026, a Anvisa realizou 11 inspeções em farmácias de manipulação e importadoras, que levaram à interdição de oito empresas por problemas técnicos e falta de controle de qualidade.

O diretor presidente da Anvisa, Leandro Safatle, reforçou que as medidas não têm como foco a restrição mercadológica ou proibição de manipulação dos ativos, mas sim coibir o uso irregular e proteger a saúde da população, garantindo a qualidade e eficácia dos produtos.

A agência vê aumento de relatos sobre eventos adversos

e identificação de uso off label (prescrição diferente da aprovada na bula) desses produtos, como para emagrecimento sem necessidade clínica. Em fevereiro, a agência emitiu alerta para o risco de pancreatite ligado a canetas emagrecedoras.

“Esse é um desafio regulatório não só para o Brasil, mas para as principais agências do mundo, essa situação do avanço do consumo de medicamentos derivados de GLP-1 e o avanço da manipulação em cima desses produtos”, disse em coletiva de imprensa.

RISCOS

Entre os riscos sanitários mapeados estão a produção sem previsão de demanda por manipulação (receita individualizada), problemas de esterilização, deficiências no controle de qualidade e a utilização de insumos farmacêuticos sem identificação de origem e composição. O uso indevido de nomes comerciais e divulgação e venda de múltiplos produtos sem registro também foram identificados.

A Anvisa reforça que, para a manipulação de produtos injetáveis, como as canetas, a garantia de padrões rígidos de esterilidade e pureza do insumo é fundamental para garantir a segurança desses produtos para as pessoas.

Desde janeiro deste ano, a agência já publicou dez ações de proibição de importação, comércio e uso de produtos irregulares que contêm medicamentos agonistas de GLP-1, como semaglutida e tirzepatida.

RORAIMA

Romero Jucá anuncia pré-candidatura a deputado federal



WILSON DIAS/ABRASIL

PEDRO PENTEADO/AE

O ex-senador Romero Jucá (MDB) (foto) anunciou ontem, que disputará uma vaga na Câmara dos Deputados por Roraima. O anúncio foi feito em entrevista ao programa Rádio Verdade da rádio Equatorial 93FM.

“Nosso Estado é pequeno e compete com o restante do País. Precisamos ter uma bancada técnica e qualificada para fazer Roraima grande outra vez”, afirmou.

Jucá deve concorrer a uma das oito vagas que o MDB pretende lançar para a Câmara no estado. A candidatura integra um plano mais amplo do partido, que articula ainda 25 nomes para a Assembleia Legislativa e confirmou a ex-senadora Teresa Surita como pré-candidata ao Senado. Teresa é ex-mulher de Jucá.

“Optamos por fazer um mix, reunindo pessoas com experiência em gestão, como Teresa, e novos nomes na política. Desta forma, reunimos um time de homens e mulheres que trazem o compromisso do MDB em fazer a boa política. Ou seja, a política que melhora de verdade a vida das pessoas”, explicou o ex-senador.

Com 24 anos no Senado, ao longo de três mandatos conse-

cutivos, o ex-parlamentar acumulou passagens por ministérios estratégicos: chefiou a Previdência Social no governo Lula em 2005 e o Planejamento no governo Temer em 2016. Foi líder do governo no Senado sob os presidentes Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff. Também exerceu a função sob Temer até agosto de 2018, quando deixou o posto em discordância com a condução federal da crise migratória venezuelana em Roraima.

Natural de Pernambuco, Jucá iniciou a carreira política naquele estado e presidiu a Fundação Nacional do Índio (Funai) de 1986 a 1988. Nomeado por Sarney, foi o último governador do Território Federal de Roraima e o primeiro do estado, quando este foi criado pela Constituição de 1988, cargo que exerceu até 1990. Eleger-se senador pela unidade federativa em 1994, 2002 e 2010. Em 2022, tentou novo mandato no Senado, mas não se elegeu.

O retorno de Jucá à disputa eleitoral ocorre em meio a pendências judiciais. Em 2019, ele virou réu no âmbito da Lava Jato. Em 2022, foi alvo de operação da Polícia Federal que investigava supostas fraudes em convênios com prefeituras de Roraima.

TERRORISTA MUNDIAL

Trump chama iranianos de 'animais' e admite que quer tomar petróleo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem, que os líderes iranianos são "animais" que precisam ser detidos e que gostaria de tomar o petróleo do país.

Durante uma conversa com jornalistas em um evento de Páscoa, Trump foi questionado se ataques de Washington contra pontes e usinas de energia do Irã poderiam ser considerados crimes de guerra.

"Eles são animais, e nós temos que detê-los, e não podemos deixar que eles tenham uma arma nuclear. Muito simples. Eles querem uma arma nuclear. Eles têm tentado há muito tempo", respondeu o republicano.

Trump também afirmou que, se dependesse dele, "tomaria o petróleo" do Irã, mas disse que "infelizmente, os cidadãos norte-americanos querem" que os EUA encerrem a guerra. "Ele está lá para ser usado. Não há nada que eles possam fazer", afirmou. "Eu ficaria com o petróleo e ganharia dinheiro."

Questionado sobre como tal ação ajudaria os cidadãos iranianos, o presidente respondeu que "quando eles não ouvem bombas, ficam mais felizes".

Mais cedo, a Casa Branca confirmou que Trump recebeu uma proposta de cessar-fogo de mediadores, mas que a rejeitou. O Irã também afirmou ter rejeitado o acordo, que, segundo o site Axios, teria sido apresentado pelo Paquistão, Egito e Turquia.

BOMBARDEIOS

Complexo petroquímico em Marvdasht, no Irã, é atacado por israelenses

THAIS PORSCH/AE

Autoridades iranianas afirmaram ontem que ataques atingiram mais um complexo petroquímico no país, em Marvdasht, segundo a agência de notícias Fars, acrescentando que o incêndio no local foi contido. Mais cedo, Israel atacou a usina petroquímica iranianas de South Pars.

Além disso, ataques a duas empresas de utilidades em Assaluyeh, no sul do Irã, cortaram o fornecimento de eletricidade para unidades petroquímicas, informou a Tasnim.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu,

Durante a conversa com os repórteres, o republicano disse ter visto "todas as propostas que você pode imaginar" e confirmou que o prazo final para a definição de um acordo de cessar-fogo é às 21h (no horário de Brasília) de hoje.

"Eles fizeram uma proposta e é uma proposta significativa. É um passo importante. Não é bom o suficiente, mas é um passo muito significativo. Eles estão negociando agora e deram um passo importante. Vamos ver o que acontece", afirmou.

O presidente também disse que os iranianos estão "negociando de boa fé". "Houve uma mudança total de regime. As pessoas com quem estamos negociando agora são mais razoáveis", acrescentou.

Trump comentou ainda sobre o envio de armas para civis que teriam interesse em protestar contra o governo iraniano, mas que tinham medo de ser mortos. Segundo o presidente, os EUA enviaram "muitas armas" para "o povo, para que pudessem se defender desses bandidos".

No entanto, ele afirmou que "o grupo que deveria entregá-las" ficou com as armas. "As pessoas para quem elas foram enviadas ficaram com elas, porque disseram: Que arma bonita, acho que vou ficar com ela. Então estou muito chateado com um certo grupo de pessoas, e eles vão pagar um preço alto por isso", acrescentou.

disse que o ataque petroquímico enfraquece a Guarda Revolucionária do Irã e que as ofensivas fazem parte de uma campanha sistemática destinada a destruir a "máquina de dinheiro" da Guarda.

"Estamos destruindo fábricas, estamos eliminando atividades e continuamos a eliminar figuras importantes", enfatizou ele em uma declaração gravada em vídeo.

Netanyahu afirmou que também conversou com o presidente americano, Donald Trump sobre o resgate de dois tripulantes dos EUA abatidos no Irã, acrescentando que o republicano agradeceu a Israel por ajudar na missão.

FED

Hammack e Goolsbee: inflação dos EUA está alerta laranja

LETÍCIA ARAÚJO/AE

Os presidentes do Federal Reserve (Fed) de Cleveland, Beth Hammack, e de Chicago, Austan Goolsbee, afirmaram que a inflação dos Estados Unidos está em um sinal de alerta "laranja". Em entrevista à rádio americana NPR, os diretores classificaram uma série de indicadores do país por cores, sendo a vermelha a mais grave, passando por laranja, amarelo e verde, a mais leve.

"A inflação está acima da nossa meta há cinco anos, nós estamos mais perto de 3% do que da nossa meta de 2%. Nós fizemos um bom progresso em 2024, mas nos últimos dois anos, temos andado de lado", afirma

Hammack, justificando a escolha por um laranja "queimado".

"Nós estávamos indo pelo caminho errado, e começamos ano passado com uma série de que eu chamo de poeira de estagnação jogada no ar", explicou Goolsbee. "Eu estava otimista que nós voltaríamos ao caminho de inflação de 2%, mas foi de laranja para vermelho ultimamente", destacando a pressão das tarifas nos preços, além da alta no valor da gasolina.

Já avaliando o mercado de trabalho, o presidente do Fed de Chicago classificou como "amarelo", destacando que se trata de um momento "incomum". Goolsbee destacou que a taxa de contratações é a mais baixa "em anos".

GUERRA NO ORIENTE

Irã desafia ultimato de Trump: 'Ormuz não será como antes'

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Em meio a mais um ultimato do presidente Donald Trump, a Marinha da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) desafiou os Estados Unidos (EUA) afirmando que o Estreito de Ormuz "jamais voltará a ser como era, especialmente para os EUA e Israel".

"A Marinha da Guarda Revolucionária Islâmica está concluindo os preparativos operacionais para a nova ordem do Golfo Pérsico", diz comunicado publicado nas redes social no domingo passado.

A iniciativa visa estabelecer novas regras para passagem pelo Estreito de Ormuz. As autoridades iranianas têm defendido que as regras para passar pelo Estreito serão definidas em parceria com o Omã, sem interferência das potências estrangeiras ao Golfo Pérsico.

O Estreito de Ormuz, por onde transitam cerca de 20% do petróleo e gás do planeta, está fechado desde o início da agressão dos EUA/Israel contra o Irã, só sendo permitida a passagem

de navios autorizados por Teerã.

No domingo, Trump ameaçou lançar "o inferno" sobre o Irã caso não permitam a reabertura do Estreito até hoje.

O presidente dos EUA vem repentinamente ameaçando destruir o Irã "enquanto nação", com quase 90 milhões de habitantes, caso não aceitem as condições impostas por Washington para o fim da guerra, chegando a dizer que vai levar o país para "Idade das pedras".

ACORDO DISTANTE

Um documento com 15 pontos tem circulado como proposta de Trump para o fim da guerra, o que inclui o fim do programa nuclear pacífico do Irã, até o desmantelamento do seu programa balístico.

Em coletiva de imprensa, ontem, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmaeil Baghaei, rejeitou as propostas estadunidenses, consideradas "altamente excessivas e incomuns, além de ilógicas".

O Irã tem exigido compensação financeira pelos danos cau-

sados pelos ataques; a saída definitiva das bases militares dos Estados Unidos (EUA) da região, além de um fim definitivo da guerra, o que incluiria as frentes de combate no Líbano e na Faixa de Gaza.

O porta-voz do Exército iraniano, brigadeiro-general Mohammad Akraminia, em comunicado publicado nesta segunda-feira, disse que é necessário levar o inimigo a um "arrependimento genuíno para evitar a repetição da guerra no futuro".

"Declaramos categoricamente que o inimigo falhou nesta fase da guerra em alcançar seus objetivos e foi derrotado. Declaramos categoricamente que o inimigo falhou nesta fase da guerra em alcançar seus objetivos e foi derrotado", disse Akraminia, segundo agência iraniana Tasnim.

ATAQUES E RETALIAÇÕES

Em mais um vídeo publicado ontem, o porta-voz do Quartel-General Khatam al-Anbiya, Ibrahim Zulfiquari, anunciou os alvos da 98ª onda de ataques do Irã contra instalações ligadas à

Israel e EUA no Oriente Médio.

Segundo o porta-voz da Guarda Revolucionária (IRGC), foram alvejados um navio porta-contêineres SDN&, além de "locais estratégicos" em Tel Aviv. Haifa, Be'er Sheva e Bat Hafer, em Israel.

Zulfiquari acrescentou que quaisquer ataques a alvos civis seriam respondidos com múltiplas medidas contra os interesses do inimigo em qualquer ponto da região.

"Caso os ataques a alvos civis se repitam, a próxima fase de nossas operações ofensivas e retaliatórias será realizada com intensidade e abrangência muito maiores, e as perdas e os danos sofridos pelo inimigo, caso persista nessa abordagem, serão multiplicados muitas vezes", afirmou o porta-voz iraniano.

CHEFE DE INTELIGÊNCIA

O Irã confirmou o assassinato de mais um alto dirigente militar do país. Dessa vez, o chefe da inteligência da IRGC, brigadeiro-general Seyed Majid Khademi, foi morto em um ataque aéreo israelense em Teerã.

THAIS PORSCH/AE

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou em coletiva de imprensa ontem, que, ao invés do Irã, ele pode começar a cobrar taxas para navios pasarem pela rota estratégica do Estreito de Ormuz. "Preferiria que os EUA cobrassem 'pedágios' em vez do Irã no Estreito", disse ele, acrescentando que o maior problema nas negociações com Teerã é o fato de que eles não conseguem se comunicar. "Conversamos com o Irã através de notas de um lado para o outro".

Questionado sobre tomar petróleo do Irã, ele respondeu: "Eu sou um homem de negócios primeiro." O republicano ainda voltou a dizer que está desapontado com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e aliados como Austrália, Coreia do Sul e Japão pela falta de envolvimento no conflito. "Reclamaram que não avisei sobre ataques, mas se eu tivesse contado à Alemanha sobre os planos de guerra, eles teriam vazado", explicou.

MIT

EUA e Israel atacam principal universidade de tecnologia do Irã

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A Universidade de Tecnologia Sharif, em Teerã, foi bombardeada pelos Estados Unidos (EUA) e por Israel na madrugada de ontem, em mais um ataque contra instalações civis e acadêmicas do país persa.

Conhecida como "MIT do Irã", por ser comparada ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) dos EUA, a Universidade Sharif é a principal do campo da tecnologia e da engenharia do país, funcionando como uma plataforma de Inteligência Artificial (IA) iranianas. Não foram registradas mortes neste ataque.

Segundo a mídia local, parte da instituição foi destruída, em especial, o centro de dados e o posto de distribuição de gás da Sharif. Além disso, a mesquita

da instituição teria sido danificada.

Autoridades do país criticaram o ataque contra a universidade como mais um crime de guerra, como afirmou o vice-presidente do Irã, Mohammad Reza Aref (**foto**), que destacou que o conhecimento "está enraizado" nas almas iranianas.

"O bombardeio da Universidade Sharif é um símbolo da loucura e da ignorância de Trump. Ele não entende que o conhecimento iraniano não é concreto a ser destruído por bombas", disse em uma rede social.

O ataque a instalações civis é considerado crime de guerra pelo direito internacional. Na última semana, os ministros da Ciência, Ali Simayi Sarra, e da Saúde, Mohammad-Reza Zafar-Qandi, emitiram comunicado

quer destruir a infraestrutura do Irã ou atacar usinas de energia, mas que isso será necessário caso não haja um acordo. "Os EUA planejam acabar com as pontes do Irã até amanhã à noite", reiterou.

Ainda que o republicano tenha comentado que as negociações estão "indo bem", ele se recusou a falar sobre detalhes de um possível cessar-fogo e declarou que o acordo deve incluir a livre circulação no Estreito de Ormuz. "Não posso dizer, depende do que o Irã fizer; Eles têm até amanhã".

Segundo o mandatário, havendo um ataque, a única maneira do Irã se reconstruir será recorrer aos EUA.

Trump ainda disse que quer as forças curdas longe do conflito e voltou a falar que, se não tivesse havido os bombardeios no ano passado, o Teerã já teria uma arma nuclear. "Conversei com Benjamin Netanyahu ontem sobre operação militar no Irã; Israel teria sido extinta se não fizéssemos operação", acrescentou aos jornalistas.



conjunto condenando esses ataques e pedindo uma resposta da comunidade internacional.

"Como administradores de instituições científicas no Irã, chamamos a atenção de nossos colegas em todo o mundo para esses crimes. Se essas atrocida-

TRUMP MENTIROSO

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem, que a população do Irã deveria se rebelar contra o regime do país, embora tenha reconhecido que esse movimento pode trazer "consequências graves". Durante coletiva de imprensa na Casa Branca, Trump afirmou que os iranianos estariam dispostos a enfrentar perdas de infraestrutura em troca de liberdade.

O republicano, porém, não entrou em detalhes ou forneceu provas sobre sua afirmação. Trump também avaliou que o novo governo do país é "muito mais inteligente e controlado".

Ele voltou a indicar que Washington trabalha com diferentes cenários para lidar com a crise, mas evitou detalhar sua estratégia. "Tenho o melhor plano de todos para o Irã, mas não vou dizer qual é para a imprensa", afirmou.

Trump também comentou a situação no mercado de energia e disse que esperava a retomada das exportações de petróleo por parte dos curdos, mas também não entrou em detalhes.